



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO FEMINISTA: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE ALEMANHA E CANADÁ**

DANIELLE GIOVANNA KERNTOPF

NOVEMBRO - 2024



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO FEMINISTA: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE ALEMANHA E CANADÁ**

DANIELLE GIOVANNA KERNTOPF

**ORIENTAÇÃO:
PROFESSORA DOUTORA SARA FALCÃO CASACA**

NOVEMBRO - 2024

*We must help women in
every society to have their
voices heard.*

Madeleine Albright

GLOSSÁRIO

BMZ - Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento / *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*

CE - Conselho da Europa

CEM - Comissão sobre o Estatuto das Mulheres / *Commission on the Status of Women (CSW)*

EUA - Estados Unidos

FIAP - Política de Assistência Internacional Feminista / *Feminist International Assistance Policy*

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPIF - Política Externa em Foco / *Foreign Policy in Focus*

GAC - Assuntos Globais do Canadá / *Global Affairs Canada*

GBA - *Gender based analysis*

GED - Género e Desenvolvimento / *Gender and Development (GAD)*

GIZ - Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional / *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*

G7 - Grupo dos Sete (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos)

G20 - Grupo dos Vinte (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, República da África do Sul, Rússia, Arábia Saudita, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América, União Africana e União Europeia)

KfW - Banco de Desenvolvimento Alemão / *Kreditanstalt für Wiederaufbau*

MND - Mulheres no Desenvolvimento / *Women in Development (WID)*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico / *Organisation for Economic Co-operation and Development*

ODA - Assistência Oficial ao Desenvolvimento / *Official Development Assistance*

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organização Não Governamental

PAE - Programa de Ajuste Estrutural /*Structural-Adjustment Program (SAP)*

PDF - Política de Desenvolvimento Feminista

PEF - Política Externa Feminista

SSR - Saúde Sexual e Reprodutiva

UE - União Europeia

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional / *United States Agency for International Development*

3R - Direitos, Recursos e Representação / *Rights, Resources and Representation*

RESUMO

As teorias feministas têm influenciado a governança do desenvolvimento há décadas. Nos últimos dez anos, diversos governos passaram a incorporar o termo *feminismo* para redefinir as suas agendas políticas internacionais. Em 2017, o Canadá foi pioneiro ao adotar uma estratégia feminista centrada no desenvolvimento internacional. Seguindo esta tendência, a Alemanha anunciou, em 2023, o lançamento da sua Política de Desenvolvimento Feminista. No entanto, a adoção da terminologia feminista não implica a implementação das mesmas abordagens. Assim, esta tese de mestrado propõe-se realizar uma análise comparativa das disposições normativas dos textos oficiais publicados pelos governos da Alemanha e do Canadá, buscando comparar as narrativas de ambas as políticas no que se refere às respectivas abordagens, fundamentos, estratégias, objetivos, metas e recursos alocados, além dos desafios globais que se propõem resolver. Metodologicamente, foi realizada uma análise qualitativa do corpus dos textos, comparando ambas as narrativas, foram ainda realizadas entrevistas com informantes privilegiados atualmente em missão diplomática na Embaixada da Alemanha no Brasil e na Embaixada do Canadá em Lisboa. Reconhecendo que o feminismo reflete a forma como os governos desejam apresentar as suas políticas no contexto internacional, esta pesquisa sublinha que, no plano retórico normativo, ambos os documentos seguem uma política de desenvolvimento feminista ancorada numa *abordagem transformacional*, ainda que com nuances. No caso da Alemanha, a abordagem apresenta-se como feminista e mais ampla, assumindo a intersecção com abordagens feministas pós-coloniais e antirracistas. Integra também como foco as pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência e povos indígenas; no caso do Canadá, verifica-se uma transferência da integralidade pela responsabilidade da implementação da política de desenvolvimento feminista por parte do Estado para o sector privado. Esta orientação é próxima do feminismo neoliberal. Ambas as políticas enfrentam o desafio de serem abordagens de desenvolvimento feministas efetivamente transformadoras na sua implementação e impacto. Para que o potencial de transformação se verifique, será ainda necessário que assegurem o afastamento de abordagens neoliberais e instrumentalistas sobre a igualdade de género.

PALAVRAS-CHAVES: Abordagens feministas; Política de Desenvolvimento Feminista; Análise comparativa; Canadá; Alemanha.

ABSTRACT

Feminist theories have influenced development governance for decades. In the past ten years, various governments have started to incorporate the term *feminism* to redefine their international political agendas. In 2017, Canada was a pioneer in adopting a feminist strategy focused on international development. Following this trend, Germany announced the launch of its Feminist Development Policy in 2023. However, the adoption of feminist terminology does not necessarily imply the implementation of the same approaches. Thus, this master's thesis aims to conduct a comparative analysis of the normative provisions in the official texts published by the governments of Germany and Canada, seeking to compare the narratives of both policies with regard to their respective approaches, foundations, strategies, objectives, targets, and allocated resources, as well as the global challenges they aim to address. Methodologically, a qualitative analysis of the text corpus was conducted, comparing both narratives. Additionally, interviews were held with key informants currently on diplomatic missions at the German Embassy in Brazil and the Canadian Embassy in Lisbon. Recognizing that feminism reflects how governments wish to present their policies in the international context, this research highlights that, on a normative rhetorical level, both documents follow a feminist development policy grounded in a *transformational approach*, albeit with distinct nuances. In the case of Germany, the approach is presented as feminist and broader, incorporating intersections with post-colonial and anti-racist feminist perspectives. It also focuses on LGBTQI+ individuals, people with disabilities, and indigenous peoples. In the case of Canada, there is a transfer of responsibility for implementing the feminist development policy from the state to the private sector. This orientation is close to neoliberal feminism. Both policies face the challenge of being feminist development approaches that are effectively transformative in their implementation and impact. For their transformative potential to be realized, it will be necessary to ensure a departure from neoliberal and instrumentalist approaches to gender equality.

KEYWORDS: Feminist approaches; Feminist Development Policy; Comparative analysis; Canada; Germany.

ÍNDICE

Glossário.....	i
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice	v
Agradecimentos	vii
1. Introdução.....	1
2. As Perspetivas Feministas e o Desenvolvimento: Enquadramento Teórico	3
2.1. As teorias feministas e o desenvolvimento.....	3
2.1.1. Mulheres no Desenvolvimento (MND).....	5
2.1.2. Género e Desenvolvimento (GED).....	6
2.2. Feminismo, neoliberalismo e o desenvolvimento	8
2.3. Movimentos feministas pós-coloniais e o desenvolvimento	10
2.4. Análises sobre género, pertença étnico-racial, racismo e antirracismo e o desenvolvimento.....	12
3. Opções Metodológicas	15
4. Políticas de Desenvolvimento Feminista: Análise e Discussão	17
4.1. Análise da política de desenvolvimento feminista da Alemanha.....	18
4.1.1. Definição de política de desenvolvimento feminista, abordagem e fundamentação inerentes	18
4.1.2. Estratégias, objetivos, metas, recursos financeiros, e desafios globais que se propõem resolver	19
4.2. Análise da política de desenvolvimento feminista do Canadá.....	21
4.2.1. Definição de política de desenvolvimento feminista, abordagem e fundamentação inerentes	21

4.2.2. Estratégias, objetivos, metas, recursos financeiros, e desafios globais que se propõem resolver	23
4.3. Discussão em torno de ambas as narrativas.....	25
5. Conclusão	30
Referências Bibliográficas.....	32
Anexos	37

AGRADECIMENTOS

A elaboração e conclusão desta dissertação representam, metaforicamente, apenas a ponta do *iceberg*. Todo o percurso, desde o processo de inscrição, a mudança de país, a frequência nas aulas, a realização dos trabalhos e estudos, revela uma figura mais real do esforço investido para a conquista do título de mestre. Assim sendo, não poderia deixar de agradecer a todos que contribuíram de alguma maneira para a concretização de mais uma etapa da minha jornada pessoal, académica e profissional.

Neste sentido, agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos que tem trazido à minha vida, por me dar saúde, estrutura e sabedoria para seguir em frente e nunca desistir.

Ao meu esposo, Sebastian Kerntopf, por todo amor, amizade e compreensão, nunca medindo esforços para me apoiar nesta etapa de nossas vidas e por acreditar em mim, mesmo quando o tema está relacionado ao *feminismo*. Aos nossos filhos, Jakob e Charlotte, por sempre demonstrarem afeto e terem se mantido pacientes mesmo quando a mãe não podia colocá-los na cama, cantar as músicas de embalar e ler as histórias dos dragões.

A todos os professores do Mestrado de Economia Internacional e Estudos Europeus do ISEG, por dedicarem seu tempo e sabedoria na construção de conhecimento, assim como pelas enriquecedoras experiências ao longo destes dois anos. Em especial, agradeço à minha orientadora científica, a professora Dra. Sara Falcão Casaca, pela sua disponibilidade e atenção. Suas críticas construtivas e recomendações foram essenciais durante este percurso.

Finalmente, minha gratidão a todos os entrevistados que colaboraram diretamente e positivamente para o enriquecimento deste trabalho, disponibilizando parte do seu tempo e expertise para me receberem e responderem a todas as questões para fundamentação deste estudo.

A todos vós, os meus sinceros agradecimentos.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o mais recente Relatório sobre a Divisão Populacional, publicado pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado *Projeções da População Mundial 2022: Resumo dos Resultados*, as mulheres representavam aproximadamente 50% da população global em 2022, especificamente 49,7%, com projeções indicando que, até 2050, o número de mulheres se igualará ao de homens (United Nations, 2022). No entanto, a sub-representação feminina em diversas áreas, incluindo política, negócios, ciência e tecnologia, revela-se uma questão complexa e multifacetada, extremamente difícil de ser colmatada. Vários fatores históricos, políticos, sociais e estruturais contribuem para essas desigualdades, representando um desafio persistente no século XXI.

De acordo com Calkin (2017) e Thomson (2020), o feminismo estava experimentando um ressurgimento enquanto movimento social global. Conforme assinalado por Farris e Rottenberg (2017) mulheres influentes de diversas esferas declararam abertamente a sua identidade feminista. Arruzza e coautoras (2019) destacam que, na última década, o movimento grevista feminista, focado nas trabalhadoras de diferentes sectores, ganhou grande visibilidade através de protestos e marchas internacionais. Internacionalmente, Calkin (2015, 2017) enfatizou que a abordagem feminista se tornava cada vez mais relevante na agenda global de desenvolvimento, sendo integrada nas políticas e práticas do desenvolvimento. Esta integração estava fortemente relacionada com a autoimagem global dos países, tornando a adoção de uma postura abertamente antifeminista estrategicamente inviável e politicamente desfavorável. Este renascimento do discurso feminista refletiu-se não apenas na cultura e na política, mas também nos discursos institucionais e organizacionais, onde a promoção da igualdade de género passou a ser vista como uma vantagem económica, especialmente com o aumento do investimento privado no desenvolvimento.

O discurso feminista, motivado por diversas razões, começou a ser integrado na governança do desenvolvimento. Nesse contexto, a Alemanha e o Canadá, reconhecidos por suas posições de liderança global e seu histórico de esforços progressistas em questões de género, anunciaram a reformulação de suas estratégias e o lançamento de políticas de desenvolvimento feministas. A *Política de Desenvolvimento Feminista da Alemanha* -

Para sociedades justas e fortes em todo o mundo, publicada em 2023, e a *Política de Assistência Internacional Feminista do Canadá - #AVozDelaAEscolhaDela*, lançada em 2017, refletem um compromisso renovado com a igualdade de género e a inclusão social.

Embora ambos os países tenham adotado abordagens feministas em suas políticas de desenvolvimento, pode-se presumir que o uso da terminologia feminista implique necessariamente na defesa dos mesmos objetivos e causas? A princípio, a resposta é não. A diversidade de teorias feministas e sua influência histórica na governança do desenvolvimento sugerem que uma política de desenvolvimento feminista (PDF) pode estabelecer metas, estratégias e princípios distintos, mesmo ao incorporar um discurso feminista. Portanto, são as nuances teóricas e históricas na intersecção entre as perspectivas feministas e de desenvolvimento que fornecerão as bases essenciais para a análise comparativa das disposições normativas dos textos oficiais publicados pelos governos da Alemanha e do Canadá.

Desta forma, esta tese de mestrado objetiva comparar as narrativas de ambas as PDF no que se refere às respetivas abordagens, fundamentos, estratégias, objetivos, metas e recursos alocados, além dos desafios globais que se propõem resolver, utilizando uma metodologia qualitativa. Adicionalmente, a discussão foi complementada essencialmente por artigos críticos, documentos, relatórios, dados oficiais e outras fontes relevantes. Para melhor compreender a abordagem subjacente as PDF, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com informantes privilegiados atualmente em missão diplomática na Embaixada da Alemanha no Brasil e na Embaixada do Canadá em Lisboa. Observou-se que a adoção de uma abordagem feminista está intimamente ligada à forma como a Alemanha e o Canadá desejam ser percebidos no cenário internacional. Assim, mesmo que os documentos de ambos os países sigam uma política de desenvolvimento feminista ancorada numa *abordagem transformacional*, existem nuances distintas nas visões feministas que perseguem.

2. AS PERSPETIVAS FEMINISTAS E O DESENVOLVIMENTO: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A influência das teorias feministas nas mais diversas áreas de estudo é amplamente reconhecida e cada vez mais evidente no século XXI. No domínio do desenvolvimento internacional, as últimas cinco décadas foram essenciais para revelar a multiplicidade de vozes e valores entre as feministas do Norte e Sul, bem como para amadurecer os debates teóricos e discursos políticos, que influenciam significativamente a governança do desenvolvimento. Indiscutivelmente, a popularidade da agenda feminista ganhou destaque nos mais diversos níveis institucionais e políticos, caindo no gosto dos discursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e de outras instituições. O Objetivo 5, *Igualdade de Género*, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecido em 2015, evidenciou o compromisso dos 193 Estados Membros da ONU com uma abordagem fundamentada na igualdade de género e no empoderamento feminino (United Nations, 2024). Como amplamente elucidado por Calkin (2015), ao longo das últimas décadas, as mulheres e meninas emergiram como faces públicas proeminentes do desenvolvimento global. Além disso, Thomson (2020) sublinhou que o próprio termo *feminista* estava sendo adotado por certos Estados para caracterizar suas estratégias políticas e de engajamento internacionais. Essa tendência também foi revelada nos casos do Canadá e da Alemanha, que implementaram suas PDF em 2017 e 2023, respetivamente.

2.1. As teorias feministas e o desenvolvimento

As teorias feministas e de desenvolvimento mais divulgadas são aquelas que tiveram origem no Ocidente, uma predominância amplamente reconhecida e criticada por feministas pós-modernas, pós-coloniais e ecofeministas. O conceito de desenvolvimento, especialmente aplicado às sociedades humanas, difundiu-se no período pós-Segunda Guerra Mundial, estando intrinsecamente ligado ao paradigma da modernização. Este paradigma sugeria que sociedades consideradas *atrasadas* deveriam adotar instituições, tecnologias e valores ocidentais para se tornarem modernas e desenvolvidas. O desenvolvimento, segundo essa visão, seria alcançado através da transformação de *sociedades tradicionais* em modernas, com a adoção de valores ocidentais considerados superiores (Connelly et al, 2000). Um elemento crucial para essa transformação era o investimento no sistema educacional do *Terceiro Mundo*, formando profissionais que

impulsionariam a evolução de sociedades agrárias para industrializadas. Assim, à medida que os países crescessem economicamente, os benefícios da modernização se espalhariam por todas as áreas das sociedades (Rathgeber, 1990).

Embora economistas e funcionários coloniais tenham começado a teorizar o desenvolvimento na década de 1930, negligenciando completamente as mulheres (Connelly et al, 2000). O grande impulso nessa área veio, essencialmente, com o discurso inaugural de Truman, ao assumir a presidência dos Estados Unidos em 1949 (Dengler et al, 2023). Nos anos 1940 e 1950, no pós-guerra, os planejadores de desenvolvimento tentaram implementar projetos de modernização nas colônias, mas muitos falharam, especialmente devido às independências coloniais nas décadas de 1950 e 1960. Em 1947, dois anos após a criação da ONU, a Comissão sobre o Estatuto das Mulheres (CEM) foi estabelecida, constituindo as bases para o conceito de *mulheres-e-desenvolvimento*. Uma década depois, mulheres envolvidas nos processos de independência levaram suas delegações à ONU, desafiando a abordagem legalista da CEM e discutindo questões de desenvolvimento (Connelly et al, 2000).

A década de 1970 foi crucial para as perspectivas feministas, pois os líderes do *Terceiro Mundo* e especialistas em desenvolvimento do Ocidente acreditavam que as políticas de desenvolvimento impulsionariam o progresso econômico dos recém-independentes. Contudo, poucos questionavam se essas *mudanças positivas* se distribuiriam de forma igualitária (Connelly et al., 2000). Num contexto dominado por abordagens masculinas no desenvolvimento, a primeira contribuição significativa a integrar uma visão feminista na teoria do desenvolvimento, sob a ótica ocidental, foi feita pela economista dinamarquesa Esther Boserup (Connelly et al., 2000; Jaquette, 2017; Rathgeber, 1990). Em sua obra seminal *Women's Role in Economic Development*, publicada em 1970, Boserup (1970) examinou sistematicamente os efeitos da divisão sexual do trabalho em economias agrárias do *Terceiro Mundo* e o impacto das estratégias de desenvolvimento na vida das mulheres. A autora destacou o papel central das mulheres nessas economias e enfatizou a necessidade de sua total integração no processo de desenvolvimento. Segundo Jaquette (2017), este trabalho desafiou a presunção convencional de que a modernização era benéfica para as mulheres.

2.1.1. Mulheres no Desenvolvimento (MND)

Ainda ao longo da década de 1970, o comité de mulheres envolvidas nas questões de desenvolvimento junto à *Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional* (USAID), em *Washington D.C.*, introduziu o termo *Mulheres no Desenvolvimento* (MND). Este grupo utilizou o termo para mobilizar esforços junto aos formuladores de políticas, criticando os impactos desiguais dos projetos de modernização, defendendo mudanças legais e administrativas para melhor integrar as mulheres no sistema económico dos países subdesenvolvidos, reduzindo as suas desvantagens no sector produtivo e eliminando a discriminação (Connelly et al., 2000; Rathgeber, 1990). O lobby deste comité levou à aprovação da *Emenda Percy* em 1973 (Connelly et al., 2000; Jaquette, 2017; Miller & Razavi, 1995), ainda em vigor. Um ano mais tarde em 1974, a USAID estabeleceu o Escritório de MND para apoiar a integração das mulheres nos seus diversos projetos (FPIF, 2005).

A perspetiva MND foi influenciada pelas feministas liberais e associada ao paradigma tradicional de modernização, diferenciando-se por analisar a posição das mulheres em vários sectores da economia separadamente dos homens (Rathgeber, 1990). Esta abordagem centrou-se na integração económica das mulheres e no seu papel produtivo, visando melhorar a sua posição na sociedade e reformular a sua identidade nas políticas de desenvolvimento. Tradicionalmente, autoridades coloniais, agências doadoras, homens ocidentais envolvidos em projetos de desenvolvimento e Organizações Não Governamentais (ONG) viam as mulheres apenas como educadoras dos filhos e responsáveis pelas tarefas domésticas (Jaquette, 2017; Miller & Razavi, 1995).

Em 1975, a ONU declarou o *Ano Internacional das Mulheres*, celebrando com a *Primeira Conferência Internacional das Mulheres* na Cidade do México, focada em *Igualdade, Desenvolvimento e Paz* (Connelly et al., 2000). Inspirada pelas contribuições de Boserup, a conferência estabeleceu a *Década das Nações Unidas para as Mulheres* (1976-1985) (Kanji et al., 2007), o que ajudou a institucionalizar o MND na ONU e em nível nacional. Apesar disso, os defensores do MND enfrentaram desafios para que as agências de desenvolvimento adotassem seus objetivos. Eles perceberam que argumentos sobre justiça social e equidade eram mais eficazes quando ligados às preocupações de desenvolvimento *mainstream* (Miller & Razavi, 1995). Discursos que relacionavam a

integração das mulheres à promoção eficaz do desenvolvimento tornaram-se aceitáveis. Neste contexto, Calkin (2015) argumentou que essa articulação representou a primeira versão da narrativa *ganha-ganha*, que vinculava a inclusão das mulheres à eficácia do desenvolvimento internacional.

O MND enfrentou críticas severas, especialmente de feministas socialistas e do Sul Global. Baseado no feminismo liberal, seus projetos não desafiavam o capitalismo, mas buscavam equilibrar a influência comunista nos países do Sul, um ponto amplamente criticado pelos marxistas. A visão *ocidental universalista* do MND também foi frequentemente contestada (Jaquette, 2017). Além disso, a abordagem desconsiderava as responsabilidades reprodutivas das mulheres, focando apenas nas atividades geradoras de rendimento. Embora defendesse a integração das mulheres e a sua participação igualitária, evitava abordar questões complexas como a subordinação das mulheres, e desigualdades de gênero relacionadas com raça, cultura e classe social. A suposição de que a plena participação econômica das mulheres levaria a mudanças automáticas nas relações de gênero foi uma falha crucial (Rathgeber, 1990). Assim, na década de 1980, emergiu a perspectiva de *Gênero e Desenvolvimento*, em resposta à insatisfação com o MND.

2.1.2. *Gênero e Desenvolvimento (GED)*

A perspectiva de GED surgiu como alternativa à abordagem MND, tendo suas raízes teóricas no feminismo socialista. Esta abordagem redirecionou o foco da análise das *mulheres* para o conceito de *gênero* (Calkin, 2015), concentrando-se nas relações sociais de gênero. O objetivo era compreender como homens e mulheres são socialmente construídos, e como a atribuição de papéis e expectativas é reforçada pelas práticas sociais (Connelly et al, 2000; Miller & Razavi, 1995; Rathgeber, 1990). A teoria reconheceu a subordinação de gênero como uma construção social, sustentada por relações de poder desiguais e moldada por regras e práticas sociais específicas que privilegiam os homens em diversos contextos institucionais (Miller & Razavi, 1995).

Para compreender as complexas interconexões entre gênero e outras formas de desigualdade social, os defensores da perspectiva GED realizaram estudos que analisavam as relações sociais. Eles exploraram como diferentes aspectos da identidade social - como gênero, classe, etnia, idade e práticas culturais - interagem e moldavam as experiências

de homens e mulheres, gerando desigualdades (Miller & Razavi, 1995). Além disso, ao questionar os pressupostos das estruturas sociais, económicas e políticas, a GED rejeitou a dicotomia público/privado, examinando a contribuição de mulheres e homens em todos os contextos de trabalho, abrangendo tanto as atividades domésticas como as responsabilidades profissionais e voluntárias, ou seja, os aspetos produtivos e reprodutivos (Rathgeber, 1990).

Como afirmaram Miller e Razavi (1995), a perspetiva GED defendia que os projetos de desenvolvimento destinados a reduzir a desigualdade de género deveriam considerar as relações de poder desiguais que sustentavam essas disparidades. Assim, era fundamental que esses projetos adotassem abordagens *bottom-up*, reconhecendo as necessidades e aspirações das comunidades locais e capacitando-as a tornarem-se agentes ativos de mudança. Além disso, Rathgeber (1990) sublinhou que o GED gerou desconforto entre as elites de poder, especialmente ao propor estratégias de *intervenção e ações afirmativas* que desafiavam tanto as relações de género quanto os processos de desenvolvimento. A resistência por parte de agências internacionais a essa abordagem pode, em parte, ser atribuída a essas propostas.

Uma das principais críticas à abordagem GED centra-se na distância entre teoria e prática (Connelly et al., 2000; Jaquette, 2017). Embora algumas mudanças tenham sido observadas, os formuladores de políticas continuaram a operar dentro do paradigma MND, limitando o GED a um novo rótulo. Isso resultou na fusão das categorias de mulheres e género, reduzindo o potencial transformador do GED e suas propostas institucionais (Calkin, 2015; Connelly et al., 2000). Segundo Connelly e coautoras (2000), diversas agências e ONG adotaram o termo GED para desviar a atenção do foco excessivo nas mulheres, garantindo aos homens que seus interesses não estavam sendo desconsiderados. Jaquette (2017) acrescentou o GED não progrediu na prática devido a reações de opositores e à resistência burocrática, relacionada à dependência de programas de consultores e subcontratados de ONG. Além disso, enfatizou que a rejeição e as críticas feministas à burocracia e ao neoliberalismo afetaram significativamente a capacidade dos especialistas e profissionais, teóricos e práticos, de abordar os problemas da mesma maneira que faziam.

2.2. *Feminismo, neoliberalismo e o desenvolvimento*

A década de 1980 foi reconhecida como um período de significativos desafios macroeconómicos e sociais, levando vários autores a identificá-la como a *década perdida*. Esses anos seguiram-se a duas crises do petróleo e enormes dívidas internacionais, seguida da recessão global, que atingiu significativamente os países do Sul global, mostrando a fragilidade dessas economias. As políticas restritivas então implementadas, por Reagan, não apenas deslocaram a inflação dos EUA para as economias fragilizadas do Sul, mas também agravaram problemas socioeconómicos (Krugman et al, 2023). O decorrer da década de 1980 foi marcado pela hiperinflação, extremo conservadorismo político entre os governos ocidentais e as agências doadoras, bem como uma crescente preocupação com o gerenciamento económico e o subdesenvolvimento no Sul, desviando o foco das necessidades humanas básicas e do desenvolvimento (Connelly et al, 2000).

Em meados dos anos 1970, emergiu uma agenda neoliberal que se tornou dominante a partir da década de 1980. Esta agenda defendia que a melhor forma de garantir e promover os direitos humanos seria reduzir o papel do Estado, promovendo a iniciativa privada e o livre mercado para alcançar eficiência e crescimento económico acelerado. Esta abordagem foi adotada voluntariamente por alguns governos, como os EUA sob Ronald Reagan e o Reino Unido sob Margaret Thatcher. Em contrapartida, diversos governos do Sul Global foram forçados a aceitar as reformas neoliberais, conhecidas como o *Consenso de Washington* no início dos anos 1990, para obter empréstimos de instituições financeiras internacionais e de desenvolvimento, como o FMI e o Banco Mundial, para reestruturarem suas dívidas (Elson, 2002).

Neste contexto histórico, surgiram os Programas de Ajuste Estrutural (PAE), implementados pelo FMI e pelo Banco Mundial com o objetivo de ajustar as economias do Sul Global para que pudessem reestabelecer-se e prosperar (Connelly et al, 2000). Esses programas foram planeados para reduzir os gastos públicos, porém, para equilibrar os orçamentos e pagar as dívidas, os PAE exigiam cortes nos programas sociais e no emprego do sector público (Jaquette, 2017). Estas exigências afetaram diretamente e de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis, como as mulheres pobres e suas

famílias, forçando-as a ingressar na força de trabalho em empregos marginais na economia informal (Calkin, 2015; Connelly et al, 2000; Elson, 2002).

Segundo Connelly e coautoras (2000), as reformas neoliberais, como os PAE, refletiam uma nova realidade política e económica que incidia especialmente sobre as mulheres do *Terceiro Mundo*. Estas reformas foram estrategicamente desenhadas para implementar modelos económicos que enfatizavam que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho contribuiria para a eficiência económica geral e promoveria a igualdade de género. De facto, com a desregulamentação do trabalho resultante dos PAE e sob a pressão das entidades empregadoras, as práticas laborais tornaram-se mais flexíveis e os empregos mais *feminizados*. Calkin (2017) afirmou que as políticas neoliberais levaram à *feminização do trabalho*, associada à deterioração das suas condições. Durante as décadas de 1980 e 1990, as famílias empobreceram e as mulheres do Sul precisaram trabalhar. Consideradas moralmente mais responsáveis, estavam mais propensas a aceitar empregos mal remunerados, eram vistas como mais passivas, resilientes, altruístas, comprometidas e menos propensas a sindicalizarem-se, sendo assim ideais para os empregadores. Além disso, o aumento da carga de trabalho das mulheres, resultado dessas reformas neoliberais, reforçou ainda mais as desiguais relações sociais de género (Connelly et al, 2000; Cornwall et al, 2008).

Ao longo da década de 1990, essa tendência de investir no discurso do potencial das mulheres, na igualdade de género e no empoderamento feminino, como alternativa para aliviar a pobreza e trazer eficiência económica, aliada às políticas de redução do papel do Estado, aumento do sector privado e crescentes alianças público-privadas no desenvolvimento, foi considerada uma conquista das *feministas neoliberais* e ganhava ampla relevância no cenário internacional (Calkin, 2015). O Banco Mundial afirmava que investir em mulheres era uma *economia inteligente*. Chant e Sweetman (2012) argumentaram que este discurso crescente, que atribuía às mulheres a responsabilidade de resolver problemas económicos e melhorar o mundo, era uma descendente direta da perspectiva MND. Neste contexto, a *economia inteligente* marcou uma nova fase no *desenvolvimento e das mulheres*, com um papel crescente do sector privado e das corporações no processo de desenvolvimento. Projetos centrados em mulheres e meninas, como as iniciativas da Base da Pirâmide, que viam os mais pobres como consumidores e

não meros recetores de ajuda, proliferaram em várias formas, incluindo vendas diretas, microcrédito e modelos de empreendedorismo social (Calkin, 2017).

No entanto, a ideia neoliberal de que o problema da pobreza no Sul Global era resultado do fracasso do desenvolvimento liderado pelo Estado, e que poderia ser solucionado pelo sector privado através do empoderamento de mulheres e meninas, foi fortemente criticada pelas feministas anti neoliberais. Elas argumentavam que as políticas não intervencionistas favoreciam o capital e não levavam a um desenvolvimento sustentável (Calkin, 2015; Connelly et al., 2000; Cornwall et al., 2008). Por sua vez, mesmo entre as feministas anti neoliberais, existiu um consenso de que as políticas neoliberais não foram uniformemente ruins para todas as mulheres.

Por outro lado, Jaquette (2017), defensora das políticas neoliberais, sustentou que as feministas anti neoliberais eram utópicas e resistentes a todas as reformas concretas dentro do capitalismo liberal, mesmo que essas reformas beneficiassem as mulheres. A autora destacou a diferença entre abordagens teóricas e a prática, enfatizando que aqueles comprometidos com o desenvolvimento deveriam ser mais humildes e pragmáticos, dado que a *transformação estrutural* era muito exigente. Além disso, afirmou que rejeitar tudo o que não fosse *mudança estrutural* significava perder de vista os objetivos primários de todas as feministas, que envolvem capacitar os indivíduos e aumentar a sua *autoridade, liberdade e oportunidade de controlar as suas próprias vidas e corpos*.

2.3. Movimentos feministas pós-coloniais e o desenvolvimento

As abordagens pós-coloniais destacaram-se pelas críticas aos discursos imperialistas, sendo denominadas por alguns autores de perspectivas anticoloniais. No estudo do desenvolvimento, Munck (1999) afirmou que essas perspectivas foram influenciadas pelas críticas ao eurocentrismo das teorias marxistas do imperialismo e pela teoria da dependência. Segundo o autor, o pós-colonialismo procurou dar voz e agência aos povos colonizados, as vozes silenciadas do Sul global, e às suas experiências esquecidas, criticando as hierarquias de poder estabelecidas durante o período colonial e questionando a visão de mundo ocidental, que subvalorizava os significados, valores e práticas de outras culturas. De forma semelhante, Shiva (1988) argumentou que o *desenvolvimento*, em certa medida, tornou-se uma continuação do processo de colonização, mantendo o objetivo de criação de riqueza e acumulação sob o nome de crescimento económico, fruto

do capitalismo. Este processo drenava os recursos dos mais necessitados, negligenciava as condições das mulheres, degradava a natureza e explorava outras culturas.

Neste contexto, McEwan (2001) argumentou que essa abordagem questionava a viabilidade da industrialização e do progresso tecnológico como solução para os problemas do Sul Global, ao destacar que o progresso ocidental se deu, em parte, pela exploração do trabalho no Sul. Shiva (1988) sublinhou que um dos *problemas* recorrentes na agenda do desenvolvimento era a erradicação da pobreza, distinguindo-a em duas categorias: a *pobreza percebida culturalmente* e a *pobreza material*, ou miséria. A autora criticou os projetos de desenvolvimento que visavam eliminar a *pobreza percebida*, afirmando que a maioria desses projetos, desenvolvidos por grandes corporações em nome do desenvolvimento, desviavam recursos essenciais que sustentavam estilos de vida saudáveis e sustentáveis para a produção de *commodities*, contribuindo diretamente para a criação de uma verdadeira pobreza material ou miséria.

Uma das críticas principais dos movimentos feministas pós-coloniais focou-se no universalismo teórico e nas práticas ocidentais. Neste sentido, Mohanty (1988) colocou em causa a terminologia *Terceiro Mundo*, pela associação à ideia de atraso e fracasso económico/social, argumentando que o termo só poderia ter existido a partir da perspectiva ocidental, dependente da existência do *Primeiro Mundo*. Seguindo esse raciocínio, a autora criticou severamente o termo *mulheres do Terceiro Mundo*, sustentando que as mulheres ocidentais, ao se autorrepresentarem como seculares, libertadas e com controlo sobre as suas próprias vidas, categorizaram as mulheres que não se enquadravam nesses padrões brancos e de classe média como *mulheres do Terceiro Mundo*, ou seja, *as outras*, um *grupo homogéneo* - ignorando completamente as questões interseccionais cruciais -, *impotente, primitivo, nativo, implicitamente vítimas* dos seus sistemas culturais e socioeconómicos.

Neste domínio, as conferências patrocinadas pela ONU, tanto a primeira Conferência Intergovernamental sobre Mulheres na Cidade do México (1975) quanto a Conferência Internacional sobre Mulheres e Desenvolvimento realizada nos EUA, em *Wellesley College* (1976), desempenharam papéis essenciais em revelar as profundas divisões entre as feministas do Norte e do Sul. Tornando-se evidente a necessidade de reorientar a retórica feminista: as mulheres do Sul procuravam articular suas próprias demandas e

moldar suas agendas políticas, enquanto esperavam das feministas ocidentais maior rigor e sensibilidade nas análises sobre o Sul Global (Connelly et al, 2000; McEwan, 2001). Este cenário de desvalorização das capacidades das mulheres do Sul, combinado com a negligência das relações de poder entre as mulheres brancas e as *outras*, resultante do legado imperialista e da perpetuação da imagem da *boa feminista branca*, começou a ganhar destaque, sensibilizando inclusive algumas feministas ocidentais que reconheceram seus privilégios e buscaram desconstruir essa imagem de superioridade, de *rainha branca* (Haggis & Schech, 2000).

2.4. Análises sobre gênero, pertença étnico-racial, racismo e antirracismo e o desenvolvimento

A concepção da pertença étnico-racial ao longo do tempo refletiu uma interseção complexa entre teorias sociológicas, mudanças sociais e eventos históricos. Desde as primeiras teorias raciais no século XIX, influenciadas pelo colonialismo e determinismo biológico, até às abordagens contemporâneas pós-Segunda Guerra Mundial, marcadas pela descolonização global e movimentos emancipatórios e migratórios, a percepção da pertença étnico-racial evoluiu consideravelmente. Inicialmente vista como um fenômeno biológico e natural, a pertença étnico-racial foi gradualmente reinterpretada como um conceito socialmente construído, influenciado por democratização, descolonização e migrações em massa, emergindo como um tema proeminente na esfera social e pública, especialmente nos EUA. Após a Segunda Guerra Mundial, a pertença étnico-racial desafiou as visões biológicas clássicas, sendo reinterpretada socio-historicamente. Contudo, mesmo nas teorias pós-guerra mais progressistas, persiste a tendência de subordinar a pertença étnico-racial a estruturas sociais como etnia, classe e nação. Apesar disso, a pertença étnico-racial é cada vez mais reconhecida como um construto sociopolítico que reflete conflitos e interesses relacionados aos diferentes tipos de corpos humanos (Winant, 2000).

No âmbito do desenvolvimento, as reflexões sobre pertença étnico-racial, racismo e análises antirracistas têm sido historicamente limitadas e recentemente mais exploradas. Kothari (2006) sublinhou essa carência teórica, argumentando que o silenciamento dessas questões perpetua a ilusão de que o discurso e a prática do desenvolvimento ocorrem em contextos não racializados, ignorando narrativas marcadas pela pertença étnico-racial.

White (2006) também identificou este silêncio, afirmando que ele ocultava os impactos do racismo e perpetuava projetos de desenvolvimento que desconsideram as questões raciais. Kothari (2006) partiu do princípio de que os discursos do desenvolvimento, enraizados na história da escravidão, servidão e colonialismo, foram moldados por um binário racializado (Power, 2006; Yapa, 2002) que retratava o Sul Global como o *outro negro, atrasado e não civilizado*, contrastando com o *eu branco, progressista e civilizado*. Essas categorias raciais foram instrumentalizadas para legitimar relações sociais baseadas em hierarquias e superioridade. Ainda neste contexto, a autora enfatizou que as dinâmicas racializadas de poder, presentes tanto em escalas micro como macro, eram uma realidade diária nas dinâmicas de desenvolvimento. O privilégio branco permeava a estrutura de muitas sociedades não ocidentais. Assim, White (2006), garantiu que a influência do privilégio branco no estabelecimento de relações assimétricas, tanto em níveis locais quanto internacionais, facilitava uma dinâmica desigual entre doadores e beneficiários.

Conforme Wolfe (2002) a noção de pertença étnico-racial, ou a distinção entre grupos humanos, não necessariamente implicava uma consciência racial, mas sim uma construção ideológica que se naturalizou e perpetuou na cultura ocidental. A pertença étnico-racial foi marcada pela hierarquização, uma ideologia que sustentava a sistemática vinculação de estruturas sociais hierárquicas com características físicas, cognitivas, culturais e morais. Neste contexto, Kothari (2006) criticou a persistência de instituições e organizações envolvidas na promoção de projetos de desenvolvimento que perpetuavam ideias racializadas. Salientou que essa prática contribuía para reforçar formas coloniais de conhecimento, associando o Sul Global a imagens de corpos negros, pobres, marginalizados e tribais.

Em última análise, Kathori (2006) enfatizou que a linguagem aparentemente neutra no campo do desenvolvimento poderia encobrir interpretações racializadas de diferença, pobreza e desigualdade. Embora reconhecesse que o desenvolvimento não ignorava completamente as questões de diversidade, tendia a enquadrar as preocupações sobre pertença étnico-racial e racismo dentro de discursos mais amplos, suavizados e menos confrontadores, centrados em cultura e etnia. Outra crítica dirigiu-se aos estudos sobre pobreza no contexto do desenvolvimento, salientando que as análises econométricas frequentemente negligenciavam as causas estruturais subjacentes da pobreza, incluindo as disparidades raciais no acesso a recursos, poder e controle, além de ignorarem as

complexas interações entre capitalismo, racismo e desenvolvimento. A autora enfatizou ainda a necessidade de mais abordagens antirracistas para desafiar e enriquecer as narrativas predominantes sobre desenvolvimento, reconhecendo a complexidade das discussões que incluem pertença étnico-racial, particularmente ao revisitar histórias coloniais que evocam questões de responsabilidade e culpa, desafiando o privilégio branco. Assim, propôs um diálogo entre diferentes níveis e a incorporação de respostas e perspectivas do Sul Global nessas discussões, argumentando que apenas confrontando e desafiando o racismo no discurso e na prática seria possível mitigar seus efeitos prejudiciais para aqueles marginalizados e negligenciados pelo desenvolvimento.

3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

A presente tese de mestrado propõe uma estrutura analítica para compreender o significado subjacente a uma PDF, com ênfase no conteúdo normativo dos documentos publicados pelos governos da Alemanha e do Canadá. Essa abordagem é justificada pela natureza relativamente recente da estratégia, que, nas últimas décadas, ganhou considerável destaque nos debates políticos nacionais e internacionais. Ademais, é importante salientar que há poucas investigações acadêmicas neste campo específico e que a maioria dos estudos existentes se concentra nas políticas externas feministas (PEF) ou nos aspectos pragmáticos da política de desenvolvimento.

Este estudo teve como objetivo compreender e comparar a retórica normativa dos textos oficiais publicados pelos governos da Alemanha e do Canadá. Para realizar uma análise sistemática e aprofundada, optou-se por uma abordagem qualitativa. O percurso metodológico iniciou-se com a recolha de dados a partir de documentos oficiais governamentais e correlatos de ambos os países, considerando-os essenciais para atingir os objetivos da pesquisa. Em seguida, efetuou-se uma análise comparativa das disposições normativas desses textos oficiais, buscando comparar as narrativas de ambas as PDF no que se refere às respectivas abordagens, fundamentos, estratégias, objetivos, metas e recursos alocados, além dos desafios globais que se propõem resolver.

Primeiramente, analisou-se o documento alemão publicado em 2023 pelo Ministério de Cooperação Económica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), intitulado *Política de Desenvolvimento Feminista - Para sociedades justas e fortes em todo o mundo*. Em seguida, examinou-se o documento oficial canadense, intitulado *Política de Assistência Internacional Feminista - #AVozDelaAEscolhaDela*, publicado em 2017 pelo departamento de Assuntos Globais do Canadá (GAC). Complementarmente, consultou-se artigos críticos, documentos, relatórios e publicações oficiais de órgãos públicos e organizações internacionais, como a ONU, entre outros considerados relevantes para o estudo, para fundamentar a discussão.

Para enriquecer a análise documental, foram realizadas duas entrevistas individuais com informantes privilegiados, ocupando atualmente funções diplomáticas na Embaixada da Alemanha no Brasil e na Embaixada do Canadá em Lisboa. Recorreu-se a entrevistas

semiestruturadas, seguindo um roteiro de perguntas pré-definidas (ver anexo 2), considerado especialmente adequado para esta análise.

Os entrevistados foram cuidadosamente selecionados devido à sua familiaridade e experiência com o tema em questão. Ambos desempenham funções políticas semelhantes e possuem vasta experiência no sector de desenvolvimento internacional. Ressalta-se que as entrevistas foram conduzidas com privacidade e discrição, em inglês e alemão, online via Teams, no mês de junho de 2024. Todos os participantes contribuíram de forma voluntária, assinando um termo de consentimento (ver anexo 3) para a realização e gravação das entrevistas. Complementa-se ainda que o material coletado foi gravado exclusivamente para consultas subsequentes, assegurando maior precisão e rigor literário. Adicionalmente, como condição das entrevistas, as identidades dos entrevistados serão mantidas em anonimato.

4. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO FEMINISTA: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Desde 2014, quando a Suécia anunciou a adoção da PEF, vários governos e partidos políticos se inspiraram nesse exemplo e anunciaram a intenção de desenvolver uma estratégia feminista no contexto internacional. Embora ainda não exista uma definição consensual do que de facto constitui uma PEF ou PDF, o número de países que se identificam com essas estratégias tem crescido (UN Women, 2022). De acordo com a ONU Mulheres Alemanha (2023), a PDF aspira desmantelar, a longo prazo, as estruturas de poder discriminatórias e pós-coloniais existentes, colocando as mulheres, meninas e grupos marginalizados no centro dos objetivos da política. Sem um modelo padrão para a formulação de uma PDF, as estratégias atuais variam, particularmente no uso do termo feminismo, embora partilhem temas comuns. Em geral, comprometem-se a integrar a perspectiva de género em todas as ações e projetos, defender os direitos das mulheres (além de grupos vulneráveis), promover a sua representação e alocar recursos adequados para a igualdade de género. Diversos governos elaboraram planos de ação detalhados para especificar os objetivos das suas políticas.

Em junho de 2017, o Canadá tornou-se o segundo país a adotar oficialmente uma estratégia feminista no contexto internacional e o primeiro a direcioná-la especificamente ao desenvolvimento internacional. O GAC, representado então pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, sob a liderança de Chrystia Freeland, e pelo Ministério do Desenvolvimento Internacional e da Francofonia, dirigido por Marie-Claude Bibeau, anunciou o lançamento de uma estratégia feminista particularmente centrada na política de desenvolvimento, a *Política de Assistência Internacional Feminista* (FIAP). Essa política visava - e visa - contribuir para os esforços globais de erradicação da pobreza, com a convicção de que a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres seriam/são o caminho certo para alcançar esse propósito (GAC, 2017).

Seis anos mais tarde, em março de 2023, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Annalena Baerbock, e a Ministra alemã da Cooperação Económica e Desenvolvimento, Svenja Schulze, anunciaram conjuntamente o lançamento das suas novas estratégias: uma *Política Externa Feminista* e uma *Política de Desenvolvimento Feminista*. Ambas destacaram que mudanças em grande escala só seriam possíveis com a coordenação dos dois ministérios e da comunidade internacional, alicerçando as suas

estratégias no princípio dos 3R (*rights, representation e resources*), com a igualdade de gênero como elemento fulcral (BMZ, 2023a). Assim, a Alemanha tornou-se o segundo país a estabelecer uma política de desenvolvimento feminista.

A Alemanha apresenta dois documentos: o plano de ação inicial, publicado no início de 2023, que serve como base para essa análise; e um segundo documento complementar, o *Terceiro Plano de Ação de Política de Desenvolvimento para a Igualdade de Gênero (2023-2027)*, publicado no final de 2023 com metas projetadas até 2027, utilizado secundariamente. O Canadá, por sua vez, mantém o mesmo plano de ação desde 2017, publicando anualmente relatórios ao parlamento sobre a assistência internacional do governo canadense. Neste contexto, subsequentes artigos críticos, documentos e relatórios oficiais foram utilizados apenas para complementar a discussão, não ocupando uma posição de destaque na análise. Embora de enorme relevância, questões referentes à implementação e funcionamento efetivo das políticas não puderam ser abordadas neste estudo, pela necessidade de concisão. Para uma síntese comparativa dos dados normativos das políticas de desenvolvimento feministas, consultar o anexo 1.

4.1. Análise da política de desenvolvimento feminista da Alemanha

4.1.1. Definição de política de desenvolvimento feminista, abordagem e fundamentação inerentes

O BMZ aspira *sociedades justas e fortes em todo o mundo*, reconhecendo que a verdadeira igualdade ainda não foi alcançada em nenhum país. Assim, num registro transformador, define a sua PDF como aquela que visa *eliminar normas e estruturas discriminatórias para mulheres, meninas e grupos marginalizados*, tendo a *igualdade de gênero como principal foco* (BMZ, 2023a, p. 5). Ademais, reafirmando o seu compromisso com os direitos humanos, o BMZ sustentou que uma PDF é aquela que objetiva *fornecer acesso aos direitos*, apoiando as pessoas a reivindicá-los e a moldar as suas vidas de forma autónoma. Essa abordagem busca criar um ambiente onde grupos marginalizados, especialmente mulheres e meninas em toda a sua diversidade, possam emergir como *agentes de mudança social*. Para além de uma perspectiva feminista, integra também como foco das suas prioridades as pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência e povos indígenas (BMZ, 2023a).

O BMZ destacou explicitamente a necessidade de superar as desigualdades de poder social, económico e político entre os países do Norte Global e do Sul Global. Enfatizou que as desigualdades de poder dentro das sociedades estão alicerçadas em sistemas estruturais profundos e frequentemente interconectados, como o patriarcado, o racismo, o sexismo, o capacitismo e o classismo. Além disso, afirmou que, no Sul Global, essas estruturas de poder desiguais permanecem relacionadas ao colonialismo europeu e aos persistentes padrões de pensamento colonial, que desvalorizam o conhecimento e a educação que não emanam do Norte Global, como, por exemplo, o conhecimento indígena nas soluções para a crise climática (BMZ, 2023a).

Nesse contexto, ao postular a necessidade de uma transformação sistémica, o BMZ adota uma abordagem transformadora e interseccional para abordar as desigualdades. Baseando-se em princípios de direitos humanos, a política destaca mulheres e outros grupos marginalizados como agentes e titulares de direitos (BMZ, 2023b). Assim, o BMZ orienta-se, no plano narrativo, por *abordagens feministas pós-coloniais e antirracistas* para moldar a sua política de desenvolvimento e aprimorar a sua colaboração com os países parceiros. Além disso, o BMZ enfatiza a importância de manter um diálogo estreito com os seus parceiros, adotando como norma mínima o princípio do *do-no-harm*, ou seja, não causar danos (BMZ, 2023a).

4.1.2. Estratégias, objetivos, metas, recursos financeiros, e desafios globais que se propõem resolver

A PDF alemã visa contribuir para a promoção de *sociedades justas e fortes em todo o mundo*, baseando-se nos *princípios dos 3R: direitos, recursos e representação*. Esta política promove a igualdade de género através do fortalecimento dos direitos, da disponibilização de recursos, principalmente dos fundos alemães de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), e da representação de mulheres, meninas e grupos marginalizados. O BMZ propõe-se colaborar com países parceiros para eliminar leis e normas discriminatórias, fortalecer *direitos* e melhorar o acesso à justiça. Além disso, a política pretende melhorar o acesso e controlo sobre os *recursos* e reforçar a participação e *representação* igualitária de mulheres e grupos marginalizados nos processos decisórios (BMZ, 2023a).

Neste contexto, para alcançar os seus objetivos nas três áreas dos 3R, a política atuará em três níveis: implementação, cooperação internacional e institucionalização. Relativamente à *implementação*, o BMZ pretende, até 2025, direcionar 93% dos seus fundos para projetos que contribuam e promovam a igualdade de género, dos quais 8% serão destinados a projetos com objetivos explícitos (transformativos) de equidade, enquanto 85% se concentrarão em iniciativas que considerem a igualdade de género como um objetivo secundário (sensíveis). Em termos de *cooperação internacional*, os objetivos da PDF visam fortalecer alianças com países parceiros e em nível multilateral, colaborando de forma estreita com organizações da sociedade civil, especialmente no Sul Global, com o sector privado e desenvolvendo metas e programas adaptados às condições específicas de cada país. Além disso, no que diz respeito à *institucionalização*, a política procura liderar pelo exemplo, promovendo mudanças e aumentando a sensibilização para as abordagens feministas dentro do ministério e organizações executoras. O objetivo é incentivar os/as funcionários/as do BMZ, bem como das organizações parceiras, como a Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), a adotar e implementar os objetivos da PDF. Esse esforço visa expandir o conhecimento e fomentar uma transformação social efetiva (BMZ, 2023a).

Considerando que a política de desenvolvimento feminista é o princípio norteador do BMZ e atravessa todas as regiões e instrumentos da sua política de desenvolvimento de forma transversal, as diretrizes estratégicas estabelecidas para alcançar os objetivos desta política foram divididas em quatro áreas de atuação. A primeira área foca no fortalecimento dos 3R, promovendo os *direitos* das mulheres e grupos marginalizados, assegurando o seu acesso a *recursos* e incentivando a sua *representação*. A segunda área visa garantir uma abordagem feminista de forma transversal e intersectorial em todos os domínios do portfólio do BMZ. A terceira centra-se no fortalecimento da PDF através de alianças internacionais com organizações regionais e multilaterais, em colaboração estreita com os Estados-Membros da União Europeia, com a ONU Mulheres, em fóruns como a ONU, OCDE, G7, G20, entre outros. Por fim, a quarta área destaca o compromisso do BMZ em continuar a desenvolver as suas estruturas e métodos de trabalho em direção a uma PDF, liderada pelo exemplo (BMZ, 2023a).

O BMZ refere que implementará várias iniciativas no âmbito da sua PDF, visando atingir seus objetivos e enfrentar os desafios globais, nomeadamente, (1) *Paz e coesão*

social, (2) *Violência baseada em gênero*, (3) *Saúde - saúde sexual e reprodutiva e direitos*, (4) *Fortalecimento económico e social, participação e acesso ao emprego digno*, (5) *Transição justa* e (6) *Segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento rural* (BMZ, 2023b). Assim, planeia estabelecer *medidas focadas*, implementando ações específicas centradas em mulheres e meninas, objetivando eliminar normas discriminatórias e estruturais de gênero, combater a violência de gênero, promover a saúde sexual e reprodutiva (SSR) e reforçar o papel das mulheres em processos de paz e reconstrução em contextos frágeis e de conflito. Através de *avaliação e análise*, o BMZ intensificará a avaliação de seus processos e projetos, focando na identificação de abordagens eficazes para superar normas sociais discriminatórias e papéis de gênero. (BMZ, 2023a).

Através do *engajamento internacional*, o BMZ refere que reforçará a sua colaboração com organizações regionais e multilaterais, parceiros de cooperação, Estados-Membros da UE, em fóruns internacionais e outros, promovendo e defendendo uma agenda feminista, progressista e inclusiva. Isto incluirá uma participação ativa em bancos de desenvolvimento multilaterais e em fóruns como a OCDE, o G7, o G20 e o *Green Climate Fund*. Pretende colaborar mais estreitamente com organizações da sociedade civil, especialmente no Sul Global. Adicionalmente, declara que ampliará a colaboração com o sector privado, estabelecendo parcerias que envolvam múltiplos atores e iniciativas de desenvolvimento. Ao instituir uma *liderança institucional*, o BMZ pretende liderar pelo exemplo, capacitando sua equipa e organizações parceiras para alcançar os objetivos da PDF e promover a transformação social através de novas iniciativas e expansão do conhecimento. O BMZ enfatizou a importância de manter o foco estratégico da sua PDF em *coerência com a PEF* do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Além disso, advogará por uma abordagem feminista nas negociações internacionais e em colaboração com outros ministérios e parceiros progressistas (BMZ, 2023a).

4.2. *Análise da política de desenvolvimento feminista do Canadá*

4.2.1. *Definição de política de desenvolvimento feminista, abordagem e fundamentação inerentes*

O GAC define a sua *política de assistência internacional feminista* como uma que visa *erradicar a pobreza e construir um mundo mais pacífico, inclusivo e próspero*,

acreditando que este objetivo só poderá ser alcançado de forma eficaz através da *promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres e das meninas* (GAC, 2017).

Conforme destacado no documento canadiano, registaram-se avanços significativos na redução da pobreza global nas últimas três décadas, embora se reconheça a distribuição desigual desses progressos. Deste modo, centenas de milhões de pessoas, principalmente mulheres e meninas, ainda enfrentavam condições de pobreza, acesso desigual a recursos e oportunidades, além de riscos como conflitos, alterações climáticas e insegurança económica. Numa abordagem aparentemente transformadora, a FIAP enfatizou que a boa notícia era que, ao eliminar barreiras à igualdade de género, mulheres e meninas poderiam tornar-se agentes de mudança, melhorando as suas vidas e contribuindo para as suas comunidades e países. A abordagem feminista e o empoderamento das mulheres e meninas foram considerados o meio mais eficaz de abordar as causas profundas da pobreza de uma forma geral (GAC, 2017).

O documento canadense não deixou explícito em qual teoria feminista fundamentou a sua abordagem. No entanto, o conteúdo normativo do texto faz várias menções à proeminência das mulheres como principais agentes de mudança para o desenvolvimento, ou seja, *as mulheres e meninas têm a capacidade de alcançar mudanças reais em termos de desenvolvimento sustentável e paz* (GAC, 2017, p. ii). *Investir em mulheres e meninas é a coisa certa a fazer e a maneira inteligente de reduzir a pobreza e a desigualdade* (GAC, 2017, p. 1). *Mulheres e meninas podem mudar o mundo* (GAC, 2017, p. 2). *Finalmente, a igualdade de género pode trazer benefícios para o sector privado* (GAC, 2017, p. 36). Estas narrativas podem ser interpretadas tanto sob a ótica da teoria MND, enraizada no *feminismo liberal*, que defende a integração económica das mulheres como meio de desencadear uma transformação em efeito cascata, quanto sob a perspetiva do *feminismo neoliberal*, que enfatiza o discurso da economia inteligente e da eficiência partir das contribuições das mulheres e meninas, atribuindo-lhes a responsabilidade de solucionar os problemas económicos resultantes de um estado insuficiente e, conseqüentemente, consertar o mundo. Além disso, o Canadá procura fortalecer e intensificar a parceria com o sector privado, atribuindo-lhe o papel de força motriz essencial para alcançar os objetivos do desenvolvimento internacional, o que é característico do *feminismo neoliberal*.

4.2.2. *Estratégias, objetivos, metas, recursos financeiros, e desafios globais que se propõem resolver*

O principal objetivo da política de assistência internacional feminista do Canadá é *erradicar a pobreza e construir um mundo mais pacífico, inclusivo e próspero*. Para alcançar esses objetivos, o Canadá acredita que a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas constituem a estratégia mais eficaz para obter resultados económicos e sociais positivos. Neste sentido, ao direcionar o novo foco para os mais pobres e vulneráveis, o Canadá escolheu *seis áreas de ação* para levar a cabo a sua política, identificando-as como desafios globais inter-relacionados que requerem uma resposta coordenada. Estes desafios incluem: a (1) *Igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas*, seguida pela (2) *Dignidade humana (saúde e nutrição, educação, ação humanitária)*, o (3) *Crescimento que funciona para todos*, (4) *Ação ambiental e climática*, (5) *Governança inclusiva* e, por último, (6) *Paz e segurança* (GAC, 2017).

Assim, a primeira área de ação central, que seria integrada a todas as demais áreas, seria a *igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas*. Nesse aspeto, a política visava reduzir a violência de gênero, fortalecer organizações de mulheres, melhorar a capacidade governamental de fornecer serviços e realizar análises de gênero. A segunda área seria a *dignidade humana*, apoiando o acesso à saúde, nutrição, educação e assistência humanitária. A terceira era o *crescimento que funcione para todos/as*, com o objetivo de aumentar o acesso das mulheres a oportunidades e recursos económicos, para que alcancem a autossuficiência. A quarta era o *meio ambiente e ação climática*, focada em apoiar iniciativas de adaptação e mitigação das alterações climáticas e promover a liderança feminina em energia limpa. A quinta área seria o apoio à *governança inclusiva*, promovendo e protegendo os direitos humanos, avançando o estado de direito, fortalecendo as instituições e aumentando a participação política das mulheres. Por fim, a última área era a *paz e segurança*, promovendo a representação feminina nos processos de paz, além da adoção de políticas de tolerância zero para a violência sexual e abuso por forças de paz (GAC, 2017).

A FIAP reconheceu a necessidade de transformar as normas sociais e as relações de poder para garantir a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. Desta forma, assumiu o compromisso de estabelecer uma abordagem feminista transversal à igualdade

de género em todas as iniciativas de assistência internacional. Assim, todas as áreas de ação têm a responsabilidade de desenvolver e implementar medidas que impulsionem a igualdade de género e empoderem mulheres e meninas. Neste mesmo sentido, todos os parceiros devem consultar e envolver as mulheres nas avaliações de necessidades, na tomada de decisões e no planeamento de iniciativas, bem como na implementação, monitorização e avaliação de projetos (GAC, 2017).

Para alcançar os seus objetivos e ajudar a resolver os desafios globais, o Canadá procurará aumentar a *eficácia da assistência internacional* através de uma abordagem mais *integrada e responsiva*, uma abordagem coordenada com a expertise de vários departamentos e agências do governo canadiano. Isso inclui um maior investimento em *inovação, pesquisa e resultados*, bem como o incremento da *transparência*, por meio de publicações anuais e *relatórios aprimorados sobre os gastos e resultados* da ODA. Enquanto *doador feminista*, comprometeu-se a aumentar o apoio às iniciativas de igualdade de género. Estabeleceu que, até 2021-2022, no mínimo 95% dos seus *investimentos bilaterais* em assistência internacional deveriam visar ou integrar a igualdade de género. Desse percentual, pelo menos 15% seriam especificamente destinados à igualdade de género, enquanto 80% seriam para a sua integração. Além disso, pelo menos 50% dos investimentos bilaterais seriam direcionados para a África Subsaariana. O governo canadiano justifica que, ao implementar estas medidas, pretende promover a igualdade de género, reduzir a pobreza global e abordar os desafios do desenvolvimento sustentável de forma mais eficaz e responsiva (GAC, 2017).

O governo canadiano acredita que *parcerias eficazes e produtivas* são essenciais para estabelecer a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas. A FIAP colaborará com governos parceiros e intensificará o envolvimento com organizações da sociedade civil e parceiros multilaterais, como o G7 e o G20, bem como através da *Commonwealth*. Além disso, o Canadá afirma que o financiamento privado para países em desenvolvimento agora supera as contribuições da ODA na proporção de cinco para um. Admitindo a importância desse sector para o crescimento económico por meio do comércio e investimento, a FIAP declara que *aumentará e diversificará o leque de mecanismos de trabalho com o sector privado* (GAC, 2017, p. 65).

4.3. Discussão em torno de ambas as narrativas

Uma política feminista pode ser considerada verdadeiramente transformadora quando a interpretação e aplicação do feminismo apresentarem um direcionamento ambicioso, orientado para enfrentar de forma permanente as estruturas patriarcais e as instituições que sustentam o sistema de desigualdades (Cadesky, 2020). Tal depende da forma como a estratégia se encontra operacionalizada em metas e recursos. Nesse contexto, observou-se que, de um modo geral, no plano retórico normativo, ambos os documentos seguem uma PDF ancorada numa *abordagem transformacional*, ainda que com nuances. No caso da Alemanha, a sua política visa eliminar estruturas discriminatórias para mulheres e meninas e grupos marginalizados, tendo *a igualdade de género como o foco principal* (BMZ, 2023a, p.5) fundamentando-se numa abordagem feminista e mais abrangente, que se entrecruza com uma perspectiva pós-colonial e antirracista. Esta proposta integra também uma visão mais ampla de direitos humanos, contemplando as pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência e povos indígenas. Entretanto, como sublinha o Conselho da Europa, a implementação bem-sucedida de uma abordagem centrada nos direitos das mulheres requer um foco rigoroso nessa questão (CE, 2007). Além disso, embora está mais evidenciada uma *abordagem feminista pós-colonial e antirracista* do que na abordagem plasmada do documento do Canadá, ainda se verificam algumas menções no texto que instrumentalizam a igualdade de género e as mulheres para fins económicos ou políticos mais amplos, em vez de as considerar como um objetivo em si mesmas. Conforme enfatizado por Calkin (2017), essa abordagem pode cooptar e diluir o verdadeiro impacto transformador do feminismo.

No caso canadense, o entendimento é que a promoção da igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas constituem a estratégia mais eficaz para alcançar melhores resultados económicos e sociais (GAC, 2017, p. 2). Para Tiessen (2019) a FIAP canadense refletia o *feminismo liberal/mainstream*, que, por um lado, demonstrava um compromisso de longa data com a participação e o empoderamento das mulheres, mas, por outro, podia perpetuar programas superficiais, distantes de serem considerados verdadeiramente transformadores, o que poderia limitar o seu alcance. Ressalta-se, entretanto, que este pode ser um risco inerente a ambas as políticas, pelo que o acompanhamento e a monitorização sistemática da implementação se afiguram centrais. Para algumas teses críticas, tal poderia refletir uma orientação *instrumental neoliberal*

relativamente às mulheres (Parisi, 2020; Tiessen, 2019; Thomson, 2020). No entanto, é de destacar que a erradicação da pobreza - à qual é dada prioridade - em articulação com o investimento no empoderamento de meninas e mulheres, contribuiria significativamente para eliminar as desvantagens estruturais que estão na base das desigualdades de género e da vulnerabilidade das mulheres.

Ambos os documentos destacam a colaboração com o sector privado. Entretanto, segundo Parisi (2020) e Thomson (2020), a FIAP canadense tem intensificado essa parceria, conferindo ao sector privado um papel central no financiamento de seus objetivos. Calkin (2015) observa que essa tendência de investir no potencial das mulheres associada a redução do papel do Estado, aumentando a presença do sector privado e expandindo as alianças público-privadas foi considerada uma conquista das *feministas neoliberais*. Esse padrão, por sua vez, não é refletido no documento alemão, que tem como principal fonte de recursos os fundos ODA alemães. É importante salvaguardar que a política feminista de desenvolvimento é assumida como uma responsabilidade fundamental do Estado.

No plano retórico descritivo, ambos os entrevistados identificaram-se com uma abordagem transformacional. Ao serem questionados sobre a definição de PDF, destacaram predominantemente essa abordagem, reconhecendo o papel das mulheres como agentes fundamentais na transformação das estruturas sociais, económicas e políticas. Neste contexto, foi argumentado que *não importa o que estamos fazendo, seja direcionando diretamente a igualdade de género e o avanço das mulheres e meninas, ou indiretamente através de outros programas, estamos sempre considerando essa lente de género, essa perspectiva de género.* (Entrevista 2) Além disso, destacou-se a necessidade de questionar *com uma lente feministas e também organizar e preparar os projetos de modo que as mulheres sejam consideradas de forma igualitária na participação dos projetos, tanto na preparação quanto nas discussões.* (Entrevista 1)

No entanto, destaca-se que ambos os documentos revelam-se relativamente *vagos* quanto à forma como os seus compromissos e objetivos serão efetivamente cumpridos e medidos, propondo medidas abrangentes, mas pouco concretas. Esta falta de precisão pode comprometer a eficácia da abordagem transformadora proposta por ambos. Como salientou Tiessen (2019), para garantir que a política de desenvolvimento se traduza em

ações concretas, é essencial incluir compromissos com prazos definidos que assegurem resultados específicos em termos de igualdade de género.

Sublinha-se que, segundo os entrevistados, outra dificuldade na implementação de uma abordagem transformadora é a atuação *em contextos culturais que talvez não reconheçam esse tema de forma alguma. Não sou especialista no mundo árabe, mas posso imaginar que meus colegas que precisam planejar projetos com essa designação têm um grande problema.(...) Os desafios são essas resistências, os diferentes contextos culturais, a necessidade constante de comunicação. (Entrevista 1)* Ademais, outro desafio destacado foi a urgência de uma maior comunicação sobre o assunto, sendo necessário (...) *mais conscientização pública sobre o papel da mulher (...) e disseminar essas práticas para a sociedade civil (...) seria um trabalho internacional de networking para que ninguém tenha que começar a lutar por esse tema do zero novamente. (Entrevista 1)*. Neste contexto, os desafios mencionados foram, predominantemente, pragmáticos, envolvendo questões operacionais e culturais. Destacaram-se dificuldades em adaptar a nova estratégia a contextos onde a igualdade de género não é amplamente reconhecida, além de desafios na comunicação e sensibilização.

Com efeito, embora tanto a Alemanha como o Canadá tenham estabelecido metas concretas para melhorar a utilização dos seus recursos em alinhamento com os seus objetivos, nenhum dos documentos se aprofundou ou especificou suficientemente esse tema. A percentagem destinada a projetos com objetivos explícitos na área das igualdades de género é relativamente baixa: 8% no caso da Alemanha e 15% no caso do Canadá (a FIAP canadense estabeleceu que, até 2021-2022, no mínimo 95% dos seus *investimentos bilaterais* em assistência internacional deveriam visar ou integrar a igualdade de género). Segundo o *Relatório ao Parlamento sobre a Assistência Internacional do governo do Canadá para 2021-2022*, o país superou a meta estabelecida, alcançando 99% das iniciativas de assistência ao desenvolvimento internacional bilateral nesse período, todas elas orientadas para a igualdade de género (GAC, 2023). No último relatório publicado, referente a 2022-2023, esse número foi de 98% (GAC, 2024).

Rebecca Tiessen (2019) alerta para o facto de a FIAP canadense apenas poder ser *bem-sucedida se abandonar a sua abordagem feminista instrumentalista e adotar uma perspetiva verdadeiramente transformadora* (Tiessen, 2019, p. i). A autora sublinha que

embora as abordagens feministas comunguem uma preocupação pela igualdade de oportunidades, elas diferem nos meios para alcançá-la. Uma abordagem instrumentalista foca-se em aumentar a participação das mulheres nos processos políticos e económicos dentro do *status quo*. Enquanto uma abordagem transformadora visa modificar as relações de poder e as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de género, reconhecendo as causas subjacentes da desigualdade e utilizando uma perspetiva interseccional. Para a autora, as políticas de desenvolvimento do passado foram caracterizadas por abordagens predominantemente instrumentalistas. Portanto, tanto a Alemanha quanto o Canadá enfrentam o desafio de serem abordagens transformadoras na sua implementação. Visto que, essa abordagem transformadora só poderá ser comprovada por via da avaliação da implementação de ambas as políticas, o cumprimento das metas definidas, a alocação dos recursos necessários, e da necessária avaliação do impacto das mesmas.

Ambos os estados atribuem uma significativa ênfase a determinadas questões sistémicas de género. A *violência sexualizada e baseada no género* foi mencionada 29 vezes nas 40 páginas da publicação alemã, surgindo sob diversas formas, como *violência sexualizada*, *violência de género*, *violência baseada em género* e outras. No documento canadense, com 96 páginas, essa temática foi referida 46 vezes, sendo 18 menções à *violência baseada em género*, 8 à *violência sexual* e 20 vezes apenas à palavra *violência*, contextualizada como violência contra as mulheres. Relativamente às questões *de saúde e direitos reprodutivos*, o termo foi citado 11 vezes no documento alemão e 21 vezes no canadense. Contudo, a visão feminista de cada governo tornou-se evidente pela utilização de termos mais incisivos. De acordo com Zilla (2023), o conceito de *patriarcado*, elemento central na crítica social feminista e indicativo de um compromisso retórico mais forte com a igualdade e os direitos humanos, apareceu 13 vezes na PDF alemã. O BMZ, ao adotar uma linguagem transformacional, utiliza o termo patriarcado e suas variações - *estruturas de poder patriarcal*, *sistema patriarcal*, *normas patriarcais*, entre outras - demonstrando um avanço significativo na utilização de uma linguagem adequada a uma abordagem transformativa. Em contrapartida, a FIAP canadense não menciona o termo patriarcado, preferindo abordar a questão através do conceito de *estereótipos*, que foi referido 4 vezes no contexto de *estereótipos negativos* ou de *género*.

Para que as questões sistémicas de género transcendam a retórica normativa, é imprescindível que essa linguagem se integre na prática. Nas entrevistas, destacou-se que,

para que um ministério ou país se declare feminista, era crucial que todos os envolvidos, desde funcionários de ministérios até trabalhadores humanitários, estivessem bem informados e sensibilizados. A familiaridade com o tema só poderia ser alcançada através de uma ampla exposição às questões de gênero. *Realizamos um treinamento chamado Gender based analysis (GBA) plus. O GBA plus é uma abordagem que basicamente ajuda a usar óculos de gênero e aplicar uma perspectiva de gênero ao que você está fazendo. (...) Todos os funcionários deveriam fazer o treinamento de GBA plus. E isso foi algo que nos forçou a não apenas dizer a palavra gênero (...). Na verdade, nos obrigou a pensar sobre o que isso significava no nosso trabalho. (Entrevista 2)*

Adicionalmente, para um dos entrevistados, a mudança mais notável em termos de questões de gênero, após a implementação da estratégia feminista, *foi que o governo se concentrou na Saúde e nos Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo a oferta de aborto seguro e contraceptivos, (...) mas também na saúde materna, neonatal e infantil. (Entrevista 2)* Para o outro, o aspecto fundamental residiu no apoio às lideranças femininas no local de atuação. *Estamos tentando, através dos nossos projetos, capturar e apoiar isso sempre que possível. A questão é sempre como essas ações terão efeitos a longo prazo. (...) Por isso que também focamos em fortalecer não apenas os ministérios, mas também a sociedade civil, porque ela permanecerá nas estruturas, e na sua profissionalização e atuação na agenda das mulheres. (Entrevista 1)*

Em suma, ambos os países se afirmam orgulhosamente no cenário internacional ao adotarem uma estratégia feminista nas suas políticas de desenvolvimento, destacando o seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a transformação social. Essa associação do feminismo à autoimagem nacional, que atua como uma marca distintiva no contexto internacional, tem sido uma tendência crescente nas últimas décadas. Esta característica é ainda mais pronunciada no documento canadense do que no alemão. De acordo com Calkin (2015, 2017), a adoção de uma postura feminista tem ganho cada vez mais destaque na agenda do desenvolvimento, sendo integrada nas políticas, estratégias e práticas de desenvolvimento. Esta abordagem está intimamente relacionada à forma como os países desejam ser percebidos no cenário internacional.

5. CONCLUSÃO

A influência das abordagens feminista no desenvolvimento estende-se ao longo dos últimos anos. Essa parceria vem melhorando a vida de mulheres e meninas ao redor do mundo. Como destacado por Cornwall e coautoras (2008), a luta pela amplificação das vozes femininas e a valorização das suas experiências no âmbito do desenvolvimento continuam a ser essenciais. Suas vozes devem permanecer vivas e vigorosas em todas as etapas do processo de desenvolvimento, desde a formulação das políticas até à sua implementação. Sublinhando que progressos apenas poderão ser alcançados se as estratégias de desenvolvimento forem constantemente questionadas e sujeitas a críticas reflexivas.

Embora esta tese de mestrado tenha identificado que as PDF da Alemanha e do Canadá estão, no plano das suas narrativas políticas, ancoradas numa *abordagem transformacional*, ainda que com nuances distintas. No contexto alemão, a abordagem destaca-se por ser feminista e mais ampla, incorporando intersecções com perspectivas feministas pós-coloniais e antirracistas. Além de também integrar as pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência e povos indígenas. No caso do Canadá, verifica-se uma transferência da integralidade pela responsabilidade da implementação da PDF por parte do Estado para o sector privado. Esta orientação é próxima do feminismo neoliberal. Tanto a política da Alemanha quanto a do Canadá enfrentam o desafio de serem abordagens de desenvolvimento feministas efetivamente transformadoras na sua implementação e impacto. Para que o potencial de transformação se verifique, será ainda necessário que assegurem o afastamento de abordagens neoliberais e instrumentalistas em relação à igualdade de género.

Conforme mencionado por um dos entrevistados, a estratégia feminista é nova, mas a política de desenvolvimento não. Assim, torna-se extremamente desafiador obter resultados rápidos em uma estrutura que avança lentamente. Para uma transformação efetiva, é crucial que todos os envolvidos compreendam profundamente a integração da igualdade de género, evitando que ela se torne meramente um item de protocolo. Conforme Tiessen (2019) salientou, uma estratégia feminista deve transcender a retórica e engajar um compromisso genuíno com a transformação.

Assim como o movimento feminista, que se consolidou nas últimas décadas como uma força global influente, a PDF está emergindo como uma agenda política promissora com o potencial de impactar políticas internacionais e ganhar destaque no discurso de diversos atores. É crucial reconhecer que, mesmo com boas intenções, a implementação bem-sucedida de projetos feministas requer a colaboração das organizações da sociedade civil e a consideração dos diferentes contextos geográficos, culturais e económicos para evitar soluções *top-down*. Apesar de a Alemanha e o Canadá serem países economicamente estáveis e progressistas em relação às questões de género, é necessário que assegurem o afastamento de abordagens neoliberais e instrumentalistas e se comprometam plenamente com a promoção da igualdade de género e o desafio ao *status quo*. A sensibilização e a capacitação contínuas sobre questões complexas de género devem fazer parte do trabalho diário com a sociedade civil e as organizações que a apoiam, sendo as ações desenhadas numa estratégia de cocriação e trabalho de proximidade. Ainda que essa estratégia seja nova e suscetível a mudanças políticas, uma sociedade ativa poderia garantir a continuidade do progresso, independentemente das flutuações políticas.

O estudo realizado centrou-se essencialmente no plano retórico político. Assim, questões referentes à implementação e ao funcionamento efetivo das políticas, embora de enorme relevância, não puderam ser abordadas neste estudo, pela necessidade de concisão. Pesquisas empíricas futuras poderiam investigar se os compromissos políticos normativos estabelecidos pela Alemanha foram cumpridos na prática. Por exemplo, verificar se os 8% dos fundos destinados a projetos transformativos, com objetivos explícitos de igualdade de género, foram atingidos no prazo estabelecido (até 2025) e quais métricas foram usadas para confirmar o cumprimento dessa meta. Outra possibilidade seria selecionar um projeto específico de género e analisar a sua implementação prática, bem como identificar o impacto causado na(s) comunidade(s) ou país(es) em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruzza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, 2ªed. Portugal: Objectiva- Penguin Random House Grupo Editorial.
- Boserup, E. (1970). *Woman's Role in Economic Development*. 1ªed. New York: Earthscan.
- Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ) (2023a). *Feministische Entwicklungspolitik. Für gerechte und starke Gesellschaften weltweit* [Em linha]. Disponível em: <https://www.bmz.de/resource/blob/146200/strategie-feministische-entwicklungspolitik.pdf> [Acesso em: 2024/01/05].
- Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (BMZ) (2023b). *Dritter entwicklungspolitischer Aktionsplan zur Gleichstellung der Geschlechter (2023–27)* [Em linha]. Disponível em: <https://www.bmz.de/resource/blob/196130/dritter-entwicklungspolitischer-aktionsplan-zur-gleichstellung-der-geschlechter.pdf> [Acesso em: 2024/01/05].
- Cadesky, J. (2020). Built on Shaky Ground: Reflections on Canada's Feminist International Assistance Policy. *International Journal* 75 (3), 298-312.
- Calkin, S. (2015). Feminism, interrupted? Gender and development in the era of 'Smart Economics'. *Progress in Development Studies* 15 (4), 295-307.
- Calkin, S. (2017). Disrupting disempowerment: feminism, co-optation, and the privatised governance of gender and development. *New Formations* 91 (91), 69-86.
- Chant, S., & Sweetman, C. (2012). Fixing women or fixing the world? 'Smart economics', efficiency approaches, and gender equality in development. *Gender & Development* 20 (3), 517-529.
- Connelly, P.M., Parpart, J.L., & Barriteau V.E. (2000). *Theoretical Perspectives on Gender and Development*, 2ªed. Ottawa: International Development Research Centre.

- Conselho da Europa (2007). *Recomendação Rec (2007) 17 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género* [Em linha]. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-REC_Brochura_CM_Rec2007.pdf [Acesso em: 2024/07/22].
- Cornwall, A., Gideon, J., & Wilson, K. (2008). Introduction: Reclaiming feminism: Gender and neoliberalism. *IDS bulletin* 39 (6), 1-9.
- Dengler, C., Schönplugg, K., Gimelli, T., Landi, M., De March, I., & Mladenovicova, K. (2023). *Towards Feminist Development Policy: Prioritizing the Foundational Economy and Universal Basic Services* [Em linha]. Disponível em: <https://irihs.ihs.ac.at/id/eprint/6547/> [Acesso em: 2024/01/10].
- Elson, D. (2002). Gender justice, human rights, and neo-liberal economic policies. In: Staab, S., & Razavi, S., (Eds.) *Gendered Dimensions of Development*, Geneva: United Nations Research Institute for Social Development 11, pp. 37-64.
- Farris, S., & Rottenberg, C. (2017). Introduction: righting feminism. *New formations: a journal of culture/theory/politics* 91 (1), 5-15.
- Foreign Policy in Focus (FPIF) (2005). *Women & Development Aid* [Em linha]. Disponível em: https://fpif.org/women_development_aid/ [Acesso em: 2024/02/20].
- Global Affairs Canada (2017). *Canada's Feminist International Assistance Policy #HerVoiceHerChoice* [Em linha]. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/assets/pdfs/iap2-eng.pdf?_ga=2.114958287.917810737.1718105127-1293192620.1701111162 [Acesso em: 2024/02/10].
- Global Affairs Canada (2023). *Report to Parliament on the Government of Canada's International Assistance 2021-2022* [Em linha]. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/transparence/transparence/assets/pdfs/international-assistance-report-rapport-aide-internationale/2021-2022/2021-2022-vol1-en.pdf> [Acesso em: 2024/05/05].

- Global Affairs Canada (2024). *Report to Parliament on the Government of Canada's International Assistance 2022-2023* [Em linha]. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/transparence/transparence/assets/pdfs/international-assistance-report-rapport-aide-internationale/2022-2023/2022-2023-vol1-en.pdf> [Acesso em: 2024/05/05].
- Haggis, J., & Schech, S. (2000). Meaning well and global good manners: reflections on white western feminist cross-cultural praxis. *Australian Feminist Studies* 15 (33), 387-399.
- Jaquette, J. S. (2017). Women/gender and development: the growing gap between theory and practice. *Studies in Comparative International Development* 52, 242-260.
- Kanji, N., Tan, S. F., & Toulmin, C. (2007). Introduction: Boserup Revisited. In: Boserup, E., (Eds.) *Women's Role in Economic Development*. 1ªed. New York: Earthscan, pp. v- xxvi.
- Kothari, U. (2006). An agenda for thinking about 'race' in development. *Progress in development studies* 6 (1), 9-23.
- Krugman, P. R., Obstfeld, M., & Melitz, M. J. (2023). International Monetary Systems: A Historical Overview. In: Krugman, P. R., Obstfeld, M., & Melitz, M. J., (Eds.) *International Finance: Theory And Policy*. 12ªed. United Kingdom: Pearson Education Limited, pp. 269-329.
- McEwan, C. (2001). Postcolonialism, feminism and development: intersections and dilemmas. *Progress in development studies* 1 (2), 93-111.
- Miller, C., & Razavi, S. (1995). From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse. *UNRISD Occasional Paper* (1), 1-51.
- Mohanty, C. (1988). Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. *Feminist review* 30 (1), 61-88.
- Munck, R. (1999). Dependency and imperialism in the new times: a Latin American perspective. *The European Journal of Development Research* 11 (1), 56-74.

- Parisi, L. (2020). Canada's New Feminist International Assistance Policy: Business as Usual?. *Foreign Policy Analysis* 16 (2), 163-180.
- Power, M. (2006). Anti-racism, deconstruction and 'overdevelopment'. *Progress in Development Studies* 6 (1), 24-39.
- Rathgeber, E. M. (1990). WID, WAD, GAD: Trends in research and practice. *The journal of developing areas* 24 (4), 489-502.
- Shiva, V. (1988). Development, Ecology And Women. *Staying alive: Women, ecology, and survival in India*. 1ª ed. New Delhi: Kali for Women, pp. 1-13.
- Thomson, J. (2020). What's feminist about feminist foreign policy? Sweden's and Canada's foreign policy agendas. *International Studies Perspectives* 21 (4), 424-437.
- Tiessen, R. (2019). What's New About Canada's Feminist International Assistance Policy: The Problem And Possibilities Of 'More Of The Same'. *The School of Public Policy Publications: SPP Research Paper* 12 (44), 1-14.
- UN Women (2022). *In Brief: Feminist Foreign Policies: An Introduction* [Em linha]. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-09/Brief-Feminist-foreign-policies-en_0.pdf [Acesso em: 2024/07/04].
- UN Women Deutschland (2023). *Feministische Außen- und Entwicklungspolitik* [Em linha]. Disponível em: <https://unwomen.de/feministische-aussen-und-entwicklungspolitik/> [Acesso em: 2024/07/05].
- United Nations (2024). *Sustainable Development Goals* [Em linha]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals#history> [Acesso em: 2024/02/13].
- United Nations (2022). *World Population Prospects 2022: Summary of Results* [Em linha]. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf [Acesso em: 2024/06/17].

White, S. (2006). Thinking race, thinking development. *Progress in Development Studies* 6 (1), 55–67.

Winant, H. (2000). Race and race theory. *Annual Review of Sociology* 26, 169–185.

Wolfe, P. (2002). Race and racialisation: some thoughts. *Postcolonial Studies* 5 (1), 51–62.

Yapa, L. (2002). How the discipline of geography exacerbates poverty in the third world. *Futures* 34, 33–46.

Zilla, C. (2023). Foreign policy reorientation: Feminist foreign and development policy in ministerial documents and debates. *SWP Comment* 22, 1-8.

ANEXOS

Anexo 1- Síntese dos dados normativos da PDF da Alemanha e do Canadá

	Alemanha	Canadá
Diretriz foi publicada pelo:	Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ)	Assuntos Globais do Canadá (GAC) - Ministério dos Negócios Estrangeiros, e Ministério do Desenvolvimento Internacional e da Francofonia (<i>não existe mais</i>).
Ministra Federal da Cooperação Económica e Desenvolvimento	Svenja Schulze - desde 2021-atual	<i>Não possui este ministério.</i>
Ministro do Desenvolvimento Internacional	<i>Não possui este ministério.</i>	Ahmed Hussien – desde 2021-atual
Ministra da Promoção de Exportações, Comércio Internacional e Desenvolvimento Económico	<i>Não possui este ministério.</i>	Mary Ng - desde 2021-atual
Ministra Federal dos Negócios Estrangeiros	Annalena Baerbock – desde 2021-atual	Mélanie Joly – desde 2021-atual
Data de lançamento da política de desenvolvimento feminista	Março de 2023	Junho de 2017
Como identifica sua PDF?	<i>Política de Desenvolvimento Feminista Alemã – Para sociedades justas e fortes em todo o mundo.</i>	<i>Política de Assistência Internacional Feminista do Canadá #AVozDelaAEscolhaDela</i>
Definição da sua PDF:	O BMZ define a sua política como aquela que busca promover sociedades justas e fortes em todo o mundo. Assim, com o objetivo de eliminar as normas e estruturas discriminatórias para mulheres, meninas e grupos marginalizados, estabeleceu a igualdade de género como o seu elemento fulcral.	O GAC define a sua política de assistência internacional feminista como aquela que visa erradicar a pobreza e construir um mundo mais pacífico, inclusivo e próspero, acreditando que só será possível alcançar este objetivo de forma eficaz com a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e das meninas.
Foco principal da PDF	Igualdade de Género	Erradicar a Pobreza
Fundamenta-se em qual(is) perspectiva(s) teórica(s)?	Feminismo pós-colonial e antirracista	Feminismo neoliberal
Objetivos e Estratégias	Procurando promover a igualdade de género, a PDF fundamentar-se-á no princípio dos 3R, através do fortalecimento dos <i>direitos</i> , dos <i>recursos</i> e da <i>representação</i> das mulheres, meninas e grupos marginalizados.	Objetivando erradicar a pobreza e construir um mundo mais pacífico, inclusivo e próspero, a FIAP canadiana assumiu o compromisso de estabelecer uma <i>abordagem feminista transversal</i> à igualdade de género e ao empoderamento feminino em todas as iniciativas de assistência internacional.
Desafios globais - áreas que pretendem atuar:	(1) Paz e coesão social, (2) Violência baseada em género, (3) Saúde - saúde sexual e reprodutiva e direitos, (4) Fortalecimento económico e social, participação e acesso ao emprego digno, (5) Transição justa, (6) Segurança alimentar, agricultura e desenvolvimento rural.	(1) Igualdade de género e empoderamento de mulheres e meninas, (2) Dignidade humana (saúde e nutrição, educação, ação humanitária), (3) Crescimento que funciona para todos, (4) Ação ambiental e climática, (5) Governança inclusiva, (6) Paz e segurança.
Como atuará estrategicamente para superar os desafios e atingir seus objetivos?	Buscando atingir os objetivos gerais, trabalhar-se-á em três níveis: <i>Nível de implementação:</i> Até 2025, pretende-se direcionar 93% dos <i>novos fundos</i> para projetos que contribuam para e promovam a igualdade de género, sendo 8% destinados a projetos com objetivos explícitos e 85% para aqueles com objetivos secundários. <i>Nível de cooperação:</i> Trabalhando com países parceiros e através de cooperação a nível multilateral, além de intensificar a colaboração com organizações da sociedade civil, essencialmente no Sul Global. <i>Nível institucional:</i> Liderando pelo exemplo, promovendo maior conscientização sobre as abordagens feministas no ministério, entre os funcionários e órgãos executores, como a GIZ e o KfW. Além disso, a PDF será implementada em coerência com a PEF do Ministério dos Negócios Estrangeiros.	Pretende-se realizar <i>um investimento melhor alavancado</i> , mobilizando essencialmente <i>recursos privados</i> , bem como procurando estabelecer <i>parcerias mais eficazes e produtivas</i> . Pretende-se ainda estabelecer uma <i>assistência mais integrada e responsiva</i> , através de uma abordagem coordenada com a expertise de vários departamentos e agências do governo canadiano. O Canadá focar-se-á no <i>investimento em inovação, pesquisa e resultados</i> , para responder com eficiência às mudanças globais. Como <i>doador feminista</i> , estabeleceu que, até 2021-2022, no mínimo 95% dos seus <i>investimentos bilaterais</i> de assistência internacional visariam (15%) ou integrariam (80%) a igualdade de género e o empoderamento de mulheres e meninas. Pretende-se, igualmente, <i>responder melhor às necessidades e oportunidades locais</i> , através de uma abordagem mais flexível e ágil.

Anexo 2 - Guião de entrevistas

- 1) Como definiria uma política de desenvolvimento feminista?
- 2) Qual foi o maior impacto gerado no seu trabalho com a implementação da estratégia feminista? Poderia fornecer pelo menos um exemplo prático?
- 3) Houve discussões internas ou formações para aumentar a conscientização sobre questões de género? Sente-se familiarizado com o tema?
- 4) Na sua perspetiva, desde que a estratégia feminista foi implementada em seu país, qual colaboração você considera mais significativa ou que mais chamou a sua atenção envolvendo questões de género? Pode ser um projeto, iniciativa, parceria, entre outros.
- 5) Na sua opinião, a presença de lideranças femininas no poder contribuiu e contribui para uma maior sensibilidade em relação às questões de género, tanto a nível nacional quanto internacional? Se sim, por quê?
- 6) Acredita que, pelo facto dessa estratégia feminista ser relativamente recente, ela poderá ser dissolvida em caso de mudança de governo?
- 7) Quais são os principais desafios em implementar uma estratégia feminista?
- 8) Na sua opinião, quais são os problemas normativos estabelecidos por esta estratégia feminista? Quais ajustes ou complementos consideraria necessários para assegurar a eficácia desta política?

Anexo 3 - Termo de consentimento

Declaro que concordo em participar da pesquisa referente ao trabalho final de mestrado intitulado: “A Política de Desenvolvimento Feminista: um estudo comparativo entre Alemanha e Canadá”, desenvolvido pela aluna Danielle Giovanna Kerntopf, do Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Sara Falcão Casaca.

Os objetivos da presente pesquisa são estritamente académicos e visam compreender os significados subjacentes às políticas de desenvolvimento feministas da Alemanha e Canadá. Em linhas gerais, o estudo propõe-se a perceber, interpretar, contextualizar e comparar minuciosamente os aspetos normativos da Política de Desenvolvimento Feminista (PDF), a fim de analisar suas definições, embasamento teórico, objetivos, estratégias, valores e as diretrizes gerais que orientam e fundamentam essa abordagem. A utilização das informações disponibilizadas estará sujeita às normas éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, em conformidade com o Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa - DR Série 2, n.º 111, de 6 de setembro de 2015, e o Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho da Resolução 2016/679, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

A colaboração será estabelecida mediante a participação em entrevistas presenciais ou por vídeo chamada, que serão conduzidas após a assinatura do presente documento. Todas as informações coletadas serão submetidas a um processo de anonimização rigoroso, garantindo a confidencialidade dos participantes, sem a divulgação de nomes ou qualquer dado que possa identificá-los.

Ressalto meu compromisso voluntário nesta iniciativa, renunciando a quaisquer incentivos financeiros ou quaisquer ônus, com o único propósito de contribuir para o avanço e sucesso deste estudo.

Nome:

Documento de identificação:

Data: _____